

ATA DE REUNIÃO
COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
PROAD 5295/2022

Data e horário: 12 de dez. de 2025 10:30 BRT

Local: VIRTUAL, via Google Meet



ATA DE REUNIÃO
COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

PARTICIPANTES			
Portarias GP.TRT4 nº 3.791/2022 e nº 6.801/2023			
NOME DO INTEGRANTE OU CONVIDADO	DESIGNAÇÃO	PRESEÇA	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
Dr. João Paulo Lucena	Desembargador do Trabalho, Coordenador do Comitê	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dra. Cleusa Regina Halfen	Desembargadora do Trabalho	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dr. Marçal Henri dos Santos Figueiredo	Desembargador do Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Dra. Neusa Líbera Lodi	Juíza do Trabalho	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dra. Raquel Nenê Santos	Juíza do Trabalho	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dra. Luísa Rumi Steinbruch	Juíza do Trabalho, pela AMATRA IV	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dr. Luiz Antonio Colussi	Juiz do Trabalho, Vice-Diretor/Foro de Porto Alegre	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sr. Diogo de Seixas Grimberg	Secretário-Geral da Presidência	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Sr. João Luiz Peixoto da Silva	Diretor da Secretaria de Segurança Institucional	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sr. Renato André Peres	Assistente-Chefe da Seção de Inteligência e Monitoramento - SIM	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Unidade de apoio executivo: Secretaria de Segurança Institucional
Secretário: João Alberto Prestes Baptista, Técnico Judiciário.



ATA DE REUNIÃO COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

PAUTA

A sexta reunião do ano foi iniciada às 10h30min do dia 12 de dezembro de 2025, sendo aberta pelo Desembargador Lucena, que, após cumprimentar os presentes, passou a palavra ao servidor Peixoto.

Assuntos gerais.

Assunto 1, Relato sobre o sistema AEGIS e o trabalho da Seção de Inteligência.

O **servidor Peixoto** cumprimentou os presentes, e apresentou o **servidor Renato André Peres**, Assistente-Chefe da Seção de Inteligência e Monitoramento, seção vinculada à Secretaria de Segurança Institucional, que, após cumprimentar os participantes, relatou o trabalho e os dados do sistema AEGIS, destacando a sua importância para a segurança em Porto Alegre, região metropolitana e interior. O servidor Renato explicou que o AEGIS realiza buscas nos CPFs registrados no PJe e os relaciona com mandados de prisão em aberto no Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP). Enfatizou a modernização e a proatividade que a ferramenta trouxe, uma vez que o volume de CPFs consultados, que superou 140 mil, seria inatingível manualmente. Informou que o código-fonte do sistema está sendo compartilhado com outros TRTs e com o TST, que demonstraram interesse; que o projeto começou em maio com varas de Porto Alegre e foi expandido para todo o estado do RS a partir de setembro. Adiantou que estão previstas modernizações para o ano seguinte, incluindo a automação completa do sistema, que emitirá alertas por e-mail. Desde maio, foram encontrados 73 mandados, resultando em 35 prisões efetuadas, referindo que a diferença se deve a alterações em agendamentos de audiências ou ao não comparecimento dos indivíduos. No tocante aos riscos, foram efetuadas, com o apoio da Polícia Civil, 8 prisões de grau 3 (maior periculosidade), antes da realização da audiência para evitar exposição a riscos. A **Juíza Luísa** perguntou sobre o uso do AEGIS em audiências



online, levantando a hipótese de as partes solicitarem audiências online para evitar a prisão, e a **Juíza Raquel** citou o caso de Carazinho, onde o magistrado adiou a audiência para torná-la presencial, resultando na prisão de um devedor de pensão alimentícia. As Juízas sugeriram um *upgrade* para que o sistema monitore também audiências online/telepresenciais. A **Juíza Raquel** questionou a presença de veículos ostensivos em situações de cumprimento de mandados de prisão, o que comprometeria a operação pois os indivíduos deixariam de comparecer às audiências presenciais, e o **servidor Peixoto** esclareceu que existe esta orientação para que os veículos não sejam expostos, e que o ocorrido foi algo pontual, pelo grande número de equipes em missão em determinada época do ano. Ainda, complementou que o AEGIS impulsionou significativamente as ações do NEPE (Núcleo Especializado de Proteção e Escolta), sendo que, das 87 missões realizadas pelo NEPE este ano, 55 foram devido ao AEGIS, o que representa mais que o dobro das ações em anos anteriores (média de 30 missões anuais). O **Desembargador Lucena** ressaltou, também, a necessidade de dedicação integral para os agentes do NEPE devido ao aumento das ações impulsionadas pelo AEGIS. A **Juíza Neusa**, pelo chat, achou maravilhoso o trabalho do sistema AEGIS e ficou impressionada com as estatísticas.

Assunto 2, Reforço da proposta de provimento de cargos de Agentes da Polícia Judicial.

O **Desembargador Lucena** e o **servidor Peixoto**, ao tratar da maior dedicação do NEPE no contexto dos impactos do AEGIS, registraram que o Tribunal possui uma defasagem de 50 cargos de Agente da Polícia Judicial vagos, além de 32 em abono de permanência, com uma projeção de mais de 50 aposentados nos próximos 5 anos. Ressaltaram a necessidade de atuar junto à próxima Presidência para reforçar a recomposição da Polícia Judicial e o **Desembargador Lucena** mencionou o planejamento de um concurso para ingresso de servidores no próximo ano.



Assunto 3, Atualizações em temas da Segurança Institucional.

O **servidor Peixoto** informou que a Secretaria de Segurança está respondendo à segunda Pesquisa Diagnóstica da Segurança Institucional no âmbito da Justiça do Trabalho, do CSJT, um questionário extenso sobre a segurança institucional do Tribunal (cargos vagos, número de desembargadores e juízes, juízes ameaçados, estrutura no organograma, atividades do comitê, sistemas de CFTV e alarme, etc). Noticiou, também a aprovação do PL 2447/2022 no Senado Federal, que está aguardando sanção presidencial e eleva o cargo de Técnico Judiciário, especialidade Agente da Polícia Judicial, para o cargo estabelecido de Agente da Polícia Judicial, mudança amplamente comemorada pois confere mais legitimidade e reconhecimento à atividade da polícia judiciária. A **Desembargadora Cleusa** reconheceu a importância do projeto de lei e parabenizou a iniciativa. O **servidor Peixoto** registrou que o Tribunal inaugurou uma nova e “excepcional” sala de monitoramento, localizada onde antes ficava a Caixa Econômica Federal e convidou a todos a conhecê-la. O **Desembargador Lucena** destacou que não se trata apenas de um espaço novo, mas de um incremento de tecnologia, incluindo um investimento de 1 milhão de reais apenas em software. A Central monitora 1.200 câmeras em todo o estado e possui 18 monitores de 55 polegadas em estrutura videowall. Informou que essa tecnologia permitirá a agregação de ferramentas de inteligência artificial para reconhecimento de comportamentos suspeitos e a possibilidade de acionar alarmes à distância. O **Juiz Colussi** relatou que enfrentou uma situação de fraude em acordos trabalhistas, onde foram utilizadas falsificações grosseiras de seu nome e assinatura digital. O caso foi encaminhado para acompanhamento pela Secretaria de Segurança, e a investigação está tramitando na Polícia Federal.

Assuntos 4, Relatos sobre participação em eventos.

O **Desembargador Lucena** e a **Desembargadora Cleusa** relataram o



sucesso do Encontro de Integração de Segurança Institucional, realizado no final de novembro. O **Desembargador Lucena** esclareceu que o evento reuniu 13 instituições externas de segurança (Polícia Civil, Militar, Federal, PRF, Polícia Penal, Guarda Municipal, ABIN, Forças Armadas, entre outras) e 5 polícias judiciárias (dos cinco tribunais), com a abertura feita, junto com o Presidente Ricardo, pela Diretora do Departamento Nacional da Polícia Judicial do CNJ, Fernanda Portella Sampaio. Foi destacado que o evento proporcionou grande integração e troca de informações entre as instituições. O encontro agregou visibilidade institucional ao TRT4 e à Justiça do Trabalho, que agora está "plenamente integrada" a esses movimentos. O evento demonstrou um legado importante para a segurança do TRT4, que cresceu em prestígio no segmento. Foi sugerido que o encontro se replique anualmente, com o Tribunal de Justiça assumindo a incumbência no próximo ano. Relatou, também, a importância dos encontros entre os participantes, durante os intervalos, para troca de contatos e fortalecimento das redes. A **Juíza Raquel** relatou a realização da Roda de Conversa sobre Segurança Feminina no Judiciário e fora dele, realizada em novembro em Santa Rosa. O evento reuniu mais de 40 mulheres de diversas áreas, incluindo Justiça do Trabalho e Federal, Justiça Comum, Delegacia da Mulher, Brigada Militar (com a Tenente Coronel Vanessa), SUSEPE e Oficiais de Justiça. O evento incluiu conversas e práticas de defesa pessoal e alertas voltados ao universo feminino, especialmente no que se refere à segurança no deslocamento de e para o trabalho. Disse que a iniciativa da Justiça do Trabalho gerou muitos frutos em termos de contatos com órgãos de segurança. Há planos para a segunda edição no próximo ano, focada em práticas de segurança pessoal e direção defensiva.

Ao final, os membros agradeceram a participação ativa de todos no Comitê durante o ano, e reforçaram a importância da área de segurança na Instituição. O **Desembargador Lucena** encerrou a reunião às 11h30min.



ATA DE REUNIÃO COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

DELIBERAÇÕES E RESULTADOS

1 - Deliberada a necessidade de estudo pela área de Inteligência (AEGIS) para verificar a possibilidade de incluir a busca de mandados de prisão nos CPFs das partes com audiências marcadas na modalidade online/telepresencial.

2 - Deliberada a renovação da orientação aos Agentes da Polícia Judicial (NEPE) para que adotem estratégias mais discretas no cumprimento de mandados de prisão em audiências presenciais, especialmente em cidades menores, para não comprometer a eficácia das operações.



ATA DE REUNIÃO

COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

ENCAMINHAMENTOS E PENDÊNCIAS			
TAREFA	RESPONSÁVEL	PRAZO	OBSERVAÇÕES
Avaliação sobre a inclusão de audiências telepresenciais nas buscas de mandados pelo sistema AEGIS	Secretaria de Segurança Institucional		

Ata validada por e-mail pelos(as) participantes.